

Intervenção do Deputado Jaime Jorge
Balanço da Acção Governativa na Ilha do Pico
Horta, 22 de Abril de 2009

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciámos recentemente mais uma legislatura, neste caso a IX, com mais um governo liderado pelo partido socialista.

Este Governo, o décimo da nossa autonomia e o quarto liderado pelo partido socialista, já tem a sua história, embora, a apreciar pelas inúmeras tiradas comparativas com “ o tempo do PSD”, com que este partido socialista frequentemente nos brinda, dê aos mais desatentos, a ideia de que não.

O certo, é que este é um ciclo de governos socialistas, que já leva doze anos de gestão e liderança desta região e por isso já marcou, para o bem e para o mal, um período de desenvolvimento nestas ilhas, que vivem hoje uma democracia plena, saudável e pujante, resultante de um processo autonómico estável, não obstante dinâmico.

Vem isto a propósito da oportunidade que é de se fazer hoje um balanço, para a ilha do Pico, do que tem sido a acção governativa, enquadrada e comparada com aquilo que foram as grandes promessas para esta ilha.

Quase todas, prometidas no calor das ultimas campanhas eleitorais, na pressa de garantir que o seu eleitorado não lhe fugisse, prendendo-o nas expectativas que se foram entretanto criando.

Ou não fora este governo sustentado pelo partido socialista, um grande gestor, sobretudo de promessas e das consequentes expectativas, que com estas, semeia na mente dos açorianos.

E na ilha do Pico, ilha que não tem sido alvo de uma especial atenção por parte deste governo, que deixou o seu desenvolvimento muito á conta dos seus agentes económicos e sociais, que a par das suas autarquias, lá vão rumando contra a maré, a gestão dessas expectativas, tem-se verificado com bastante regularidade.

Num contesto de profunda crise económica, só agora, depois das eleições regionais, plenamente assumida e reconhecida por este governo regional, este poderia ter ido bem mais longe, relativamente à ilha do Pico.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Quando no comunicado do Conselho de Governo de 16 de Janeiro deste ano, o governo regional anuncia que deliberou, no âmbito da dinamização dos investimentos públicos e privados, autorizar a adjudicação e abertura de

concursos, de diversas empreitadas, em todas as ilhas dos Açores, este Governo Regional prova isso mesmo.

Naquilo que poderia ter sido uma atitude de genuína e autêntica demonstração de boa vontade, para com o fragilizado sector económico da ilha do Pico que, tal como todos os das ilhas com menos densidade populacional, necessita com regularidade de investimento público, este governo, quedou-se por um punhado de obras menores, relevando bem a sua falta de ambição, para com aquela ilha.

Este governo poderia e deveria ter aproveitado esta oportunidade para autorizar a adjudicação de empreitadas de obras como as dos portos de São Roque e Madalena ou mesmo, do centro de saúde da Madalena. Para não falar na escola Secundária das Lajes do Pico, obras há muitos anos prometidas e mais que assumidas politicamente, e das quais, já há muito tempo este Governo só fala em surdina, parecendo seriamente envergonhado, por estes processos avançarem, se for esse o caso, a passo de caracol.

Nesta altura, as únicas referências feitas a estas obras, parecem ser para anunciar, uma vez mais, o adiamento do seu arranque, esquecidos que estão, do compromisso apressadamente assumido perante os picoenses, quando isso lhes pareceu mais conveniente.

Ao invés desta, que era sem dúvida a atitude mais correcta e consentânea com a conjuntura, que todos vivemos, este governo apenas promove três obras, que sendo sem dúvida importantes, não conseguirão contudo

relançar a economia conforme era desejo e parece irá acontecer noutras ilhas.

Aliás este parece ser o fardo, que está destinado á ilha do Pico: se por um lado não faz parte do grupo daquelas que tem serviços governamentais, as ilhas ditas desenvolvidas, como sejam as ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, não contando com o impulso na sua economia, que esta situação inegavelmente proporciona;

Por outro, é excluída da possibilidade de acesso aos meios financeiros colocados á disposição das ilhas menos desenvolvidas, vulgo fundos de coesão, permanecendo assim sozinha, numa espécie de limbo, cinzento e intemporal, permanentemente adiada e esquecida.

De facto, entalada entre uma situação e a outra, é a única ilha dos Açores que não usufrui dos impulsos económicos, que quer uma, quer outra, inegavelmente potenciam.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

O aeroporto do Pico será por ventura o melhor exemplo deste eterno adiamento, que importa analisar, em jeito do balanço que nos propomos fazer.

Tendo tido a sua primeira inauguração em 20.04.2005, entrou de imediato em funcionamento. Tarda no entanto em trazer á ilha as mais valias, sobretudo de ordem económica que todos aguardam.

Quatro anos depois, ainda continua a receber apenas um voo por semana, com ligação a Lisboa, número imposto aliás, pelas obrigações de serviço público, determinadas por este governo e que permanecerá em vigor até que este se decida alterá-las.

Este voo continua a ser efectuado pela TAP. Pelo que se nos oferece perguntar. Onde está o contributo da SATA, a nossa empresa aérea regional, para um aumento dos voos daquele aeroporto com o continente? Empresa que é dos Açores, dos Açorianos, do governo regional, com um presidente do Concelho de Administração nomeado por este.

Se este aeroporto é pertença do Governo Regional, que nele tem feito avultados investimentos, não deveria ser também o Governo Regional a criar as condições para a sua viabilização? Para o seu eficaz aproveitamento, como forma até de possibilitar uma gradual amortização dos meios financeiros que este consumiu?

Bastava que esta empresa Açoriana fizesse com aquele aeroporto, com destino a Lisboa, outras tantas viagens semanais como faz a TAP, já teríamos um número de voos porventura satisfatórios, para potenciar um efectivo apoio às nossas actividades sócio-económicas, pelo menos no curto prazo.

Segundo o anterior secretário da economia esta situação era imposta pela falta de abastecimento de combustível do aeroporto e pela necessidade deste voo passar pelo aeroporto da ilha Terceira.

E para colmatar essa lacuna, o Governo Regional adjudicou no início do ano passado a obra necessária ao abastecimento das aeronaves no aeroporto do Pico.

Esta obra, com um prazo de execução de seis meses deveria ter terminado no passado Junho ou Julho. Ainda agora não terminou. Mais que duplicou o seu prazo de execução. Inédito!

Só com muito boa vontade não somos levados a pensar que este atraso tem um propósito por parte deste Governo: Agarrarem-se a um argumento para continuar a adiar o inevitável, ou ter uma obra para inaugurar, na próxima visita deste Governo, à Ilha do Pico.

Que Governo é este, que decide aplicar na ampliação daquela importante infra-estrutura, os avultados meios financeiros que a sua ampliação exigiu, sem que até hoje, nos tenha sido possível detectar uma estratégia de desenvolvimento subjacente ao investimento efectuado?

Como diria um reputado economista açoriano, numa intervenção pública a que recentemente assisti, um aeroporto, embora sendo um equipamento essencial para gerar desenvolvimento numa ilha, não é por si só, de forma isolada e descontextualizada, gerador desse mesmo desenvolvimento. Ele tem que ser um mero instrumento, numa estratégia muito mais lata.

E esse é hoje, o erro conceptual deste importante equipamento. A visível falta de uma estratégia de

desenvolvimento para a ilha do Pico, que o inclua e que nele se alavanque.

A prová-lo está a recente notícia de que a ilha do Pico, foi a que verificou o maior decréscimo na procura turística, em 2008. Apenas e só um decréscimo de 17.7%, relativamente ao ano anterior.

Outra falácia amplamente divulgada, e que serve de argumento para a manutenção desta situação, é a que se reporta às baixas taxas de ocupação destes dois voos.

É óbvio que, pelo desconforto decorrente da escala na Terceira, pelos dias em que estes são efectuados e consequentemente pelo escasso número de lugares com desconto, que estes voos comportam, estes não são muito procurados. Influenciando assim negativamente as estatísticas comparativas com outros destinos.

Neste caso acredito que, para que aumente a taxa de ocupação dos voos do Pico, é necessário que primeiro se aumente o número de voos.

O mesmo será dizer que, neste caso, é necessário que primeiro se aumente a oferta para potenciar a sua procura.

De igual forma, a falta de certificação dos pilotos da SATA, para operar no actual aeroporto ampliado, parece-nos um pormenor de somenos importância, usado apenas por quem só quer lançar mais confusão.

Quem melhor que os pilotos da SATA conhece a pista do aeroporto Pico?

O que já não é nenhuma falácia, é o facto da SATA continuar a desrespeitar uma decisão deste governo, recentemente anunciada, que tem a ver com o estatuto de aeroporto alternativo, atribuído ao aeroporto do Pico, em relação a todos os voos com destino ao aeroporto da Horta, que por motivos de ordem atmosférica, não possam ser efectuados.

É curioso verificar que até á data só a TAP respeitou essa decisão, enquanto que a nossa empresa regional parece, sobre esta questão, ter feito ouvidos de mercador.

Comprovadamente portanto, estratégia de desenvolvimento não existe nem para a ilha do Pico, nem para nenhuma das ilhas menos povoadas dos Açores.

Tudo o que este governo regional conseguiu até hoje, neste domínio, não passa de pensos rápidos para tentar conter a hemorragia, que é o irreversível despovoamento de algumas das nossas ilhas.

O desenvolvimento harmónico dos Açores, foi uma bandeira hasteada pelo PSD e infelizmente abandonada por este Partido Socialista, que ainda nos Governa.

Disse